

## **Resistência a mudanças – nossa atitude frente à reestruturação departamental na FMRP-USP**

**C**omo é do conhecimento de todos, é necessário apresentar um projeto de reestruturação departamental da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto à Comissão de Atividades Acadêmicas da Universidade de São Paulo. Uma das orientações recebidas é que os departamentos devam ser compostos por pelo menos quinze docentes (exceção feita a departamentos que tenham sido muito bem avaliados pela Universidade e que tenham áreas de pós-graduação com avaliação excelente, no processo da CAPES).

Tudo isso e, principalmente, o número “quinze” têm gerado muito desagrado e muita polêmica. O desagrado é maior ainda entre membros de departamentos com risco de desaparecer e que passaram a ser vistos como “minorias”.

Um fato notório é que quase todos os grandes departamentos e alguns daqueles “protegidos” pela avaliação positiva, procuraram não se envolver nas discussões do processo de reestruturação. Apenas mostraram disponibilidade para receber novos membros, com determinadas características.

Por que razão uma oportunidade de inovar é recebida com tanto desagrado? Será somente pela resistência a mudanças, inerente à maioria dos seres humanos? Será por medo da perda de espaço conquistado com tanto trabalho? Será pelo temor de que os núcleos receptores não levem em consideração as necessidades

de seus novos membros? Ou pela incerteza de que os novos agrupamentos sejam harmônicos?

Tudo isso faz lembrar a resistência à reforma curricular que foi implantada a partir de 1993. A comissão encarregada do projeto de reestruturação curricular foi alvo de críticas severas. O gerenciamento de disciplinas pela Comissão de Graduação ofendeu alguns departamentos.

Levando em conta que a reforma proposta só teria sentido se fosse realizada de forma ampla, acima dos interesses de qualquer departamento, não se justificaria o fato de que fossem contemplados interesses corporativos.

Dessa forma, é possível compreender as razões que levaram os representantes de “minorias” a lutar fervorosamente para manter seus núcleos intocados, mesmo quando se trata de pessoas que se orgulham de ter a mente aberta para reformas, que gostariam de ver nossa escola entre as mais modernas do mundo, que lutam pela integração interdisciplinar e que realizam projetos de pesquisa com colegas de diversos departamentos.

Decidimos, então, convidar vários docentes, com posições representativas no nosso meio, para escrever suas opiniões sobre o tema. Alguns aceitaram nosso convite e têm seus editoriais apresentados nas páginas seguintes.

Profa.Dra. MARIA DE LOURDES V. RODRIGUES  
Prof.Dr. EURICO ARRUDA  
Prof.Dr. ORLANDO DE CASTRO E SILVA JÚNIOR

## Reestruturação departamental da FMRP-USP

*“Mudanças estruturais requerem, invariavelmente, interesse, disposição e motivação, entendendo-se este último substantivo, às vezes, como um certo empurrão”.*

Quando se cria algo novo, como aconteceu com a criação da FMRPUSP pelo Prof. Zeferino Vaz, propostas inovadoras são mais facilmente aceitas e menos questionáveis. Acredito não haver dúvidas quanto ao fato de que a “Casa de Arnaldo” (FMUSP) tenha sido um espelho para a criação da nossa Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Entretanto, a nossa Faculdade veio, em 26 de dezembro de 1951, com uma modernização na sua conceituação departamental, apesar de ainda alicerçada em disciplinas. Para exemplificar, aqui foram criados apenas um (1) Departamento de Clínica Médica e um (1) de Cirurgia, em contraposição à cultura vigente à época, de fragmentação de disciplinas em várias cátedras. Estes são, apenas, dois exemplos dentre outros. Isto, sem sombra de dúvidas, resultou na criação de uma nova Faculdade de Medicina com uma estrutura mais enxuta.

No ocaso da década de sessenta (60), ou seja, em 1969, a USP promoveu a sua grande reforma estatutária; extinguiu as cátedras, instituiu os Conselhos Departamentais, reduziu o número de departamentos das suas unidades, mas não limitou o número de docentes para constituição de um departamento. Esta estrutura se manteve de 1969 até maio de 1996 (Resolução 4264) quando o Conselho Universitário, com base em dados estatísticos discutíveis, é verdade, deliberou estabelecer o número mí-

nimo de quinze (15) docentes para a permanência de um departamento. É verdade, também, que tal resolução permitia a existência temporária de departamentos com dez (10) a quinze (15) docentes, dependendo do desempenho favorável junto à Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

A nossa Faculdade de Medicina foi afetada pela Resolução 4264, por ter oito (8) departamentos com menos de quinze (15) docentes, sendo cinco (5) destes com obrigatoriedade de reestruturação, por força de um desempenho desfavorável junto à CPA. Em agosto de 1998, por solicitação dos Departamentos da Área Básica, a Diretoria da FMRP nomeou uma comissão para discutir soluções coletivas de reestruturação desta área. Após ouvir ilustres colegas da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), Instituto de Ciências Biomédicas da USP, Faculdade de Ciências Médicas de Campinas, a Presidenta da CAA (Comissão de Atividades Acadêmicas) e o Pró - Reitor de Pesquisa da USP, dentre outros, pode-se dizer, com tranquilidade, que a principal conclusão a que se chegou foi de que, qualquer reestruturação departamental que viesse a ser feita na FMRP, esta deveria manter unidas as suas Áreas Básica e de Aplicação (Clinicocirúrgica). Aliás, isto ficou muito claro nas falas dos palestrantes da FMUSP e da Faculdade de Ciências Médicas de Campinas.

Efetivamente, o Processo de Reestruturação Departamental se iniciou em meados de outubro de 1998, com a instalação de uma Comissão de Reestruturação Departamental

Assessora à Comissão de Assuntos Universitários (CAU) da FMRP, a qual contava com representantes de todos os departamentos da unidade. Após ouvir cerca de dois terços dos docentes da nossa Faculdade de Medicina, Comissão Assessora propôs para a Área Básica a constituição de três novos departamentos, ou sejam, Estrutura e Função de Órgãos e Sistemas, Biologia Celular e Molecular e Genética, este último com a integração dos demais geneticistas do Campus. Temporariamente, por prerrogativa do desempenho favorável junto à CPA, ficaria mantido com menos de quinze (15) Docentes o Departamento de Farmacologia. Quanto aos departamentos clínicos, a sua maioria possuía um número de docentes maior do que quinze (15) e, portanto, não necessitava de reestruturação, com exceção dos Departamentos de Oftalmologia e Otorrinolaringologia e Medicina Social.; estes Departamentos deveriam encontrar soluções acadêmicas para atender à Resolução 4264. O Departamento de Patologia, por prerrogativa do desempenho favorável junto à CPA, ficaria, temporariamente, com um número de docentes menor que quinze (15). Nota-se nesta proposta uma certa ousadia no que diz respeito à Área Básica, no sentido de se criar, com os Departamentos de Estrutura e Função de Órgãos e Sistemas e Biologia Celular e Molecular, um embrião para, no futuro, abrigar os departamentos atuais em dois grandes departamentos. Estes permitiriam a interação de grupos de pesquisas afins, sem vinculação a disciplinas, e sem multiplicação da estrutura administrativa. Fica fácil entender a não vinculação a disciplinas, visto que a “nova” (já tem seis (6) anos) estrutura curricular da FMRP tem um caráter integrativo e não mais departamental, como quando da criação da Escola. Se esta solução é mais simples

de ser aplicada na Área Básica, não é de todo impossível para as Áreas de Aplicação, como veremos posteriormente. Por falta de uma discussão ampla, não só entre os docentes, como também no âmbito Departamental, tal proposta não obteve a aprovação da nossa Congregação, em dezembro último, mas deixou idéias para reflexão.

Novamente, a Comissão de Reestruturação Departamental reiniciou os trabalhos, ouvindo todos os departamentos da Escola de Medicina, colhendo sugestões para uma propositura à CAU para ser, posteriormente, levada à Congregação. Ao ouvir os departamentos, duas vertentes de opiniões foram diagnosticadas; uma majoritária, nove (9) de catorze (14) departamentos propuseram que a reestruturação deveria ser restrita àqueles que tinham a obrigatoriedade, deixando aqueles que não a tinham permanecer como tal. Na outra vertente, minoritária, cinco (5) de nove (9) departamentos propuseram uma reestruturação mais radical, ou seja, redução de todos os departamentos da FMRP a três, ou sejam, um Básico, um Clínico e um Cirúrgico. Vale ressaltar que houve, até, duas propostas mais radicais, ou seja, redução para apenas dois departamentos, um Básico e um Clinicocirúrgico.

As duas vertentes podem ser interpretadas da seguinte forma. De um lado uma maioria (dois terços) que entende que a reestruturação departamental não é um problema institucional, mas sim, individual. Por outro lado, uma minoria (um terço) entendendo que, sendo a Reestruturação Departamental um processo irreversível, ela deve ser vista como um problema institucional, devendo ser tratado como tal. Uma vez que entendo que a reestruturação é um problema institucional e, portanto, a todos deve

tocar, também entendo que a motivação – empurrão – ensejada pela reestruturação “imposta” pelo Conselho Universitário, deve ser utilizada, positivamente, no sentido de se discutir a nossa estrutura departamental, não mais com base em disciplinas, como as que existiam até passado não muito distante, mas, sim, em afinidades de pesquisa (por exemplo, Biologia Celular) e acadêmica (por exemplo, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço) e, porque não, enxugando, de certa forma a estrutura administrativa. Se me perguntarem se com isso algum(ns) grupo(s) poderia(m) desaparecer; eu responderia que sim, acrescentando que, por incompetência própria. Nesta Instituição, temos dois bons exemplos de departamentos, Dermatologia e Ortopedia, que foram absorvidos, respectivamente, pela Clínica Médica e Cirurgia, com a reforma de 1969, cujos componentes não desapareceram; pelo contrário, por

competência demonstrada ao longo do tempo, têm tido reconhecimento nacional (prêmios, etc.) e, inclusive, projeção internacional.

Finalizando este breve relato, acompanhado de algumas reflexões, gostaria de ressaltar que, é verdade que, pelas características das atividades hospitalares (ambulatórios, leitos, centros cirúrgicos, etc.), o Processo de Integração Departamental é mais trabalhoso nas Áreas de Aplicação do que nas Áreas Básicas, porém, também é verdade que ele é factível. Haja vista que, extra - oficialmente, se sabe que há algo neste sentido em curso na nossa Escola de Medicina. Basta motivação, interesse e disposição.

Prof. Dr. HELIO C. SALGADO

Presidente da Comissão de Reestruturação  
Departamental da FMRP - USP

Professor Titular do Departamento de Fisiologia

# A reestruturação departamental na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP

**E**stamos discutindo a reestruturação departamental na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e em toda a USP. Uma oportunidade ímpar para corrigirmos as distorções e inadequação do atual “tabuleiro” departamental, datado de trinta anos atrás. Só Deus sabe quando teremos nova oportunidade como esta.

Cometemos erro, há mais de dois anos, pois nos omitimos das discussões sobre o processo de reestruturação departamental por uma decisão da Congregação, mal conduzida politicamente. Erramos ao não percebermos que seria o momento histórico de implementar as reformas necessárias à FMRP.

A reestruturação departamental já está “caindo de madura” nesta faculdade há muitos anos. Aliás, já discutimos e aprovamos a criação dos Departamentos de Ortopedia e de Ciências da Imagem, e que não foram implementados. Será que foi só por não ter massa crítica? São propostas já do passado.

A exigência de, no mínimo, quinze docentes por departamento, já amplamente discutida entre nós, parece descabida. Todos temos notícias de departamentos de grande projeção internacional, em diferentes universidades na Europa e nos Estados Unidos, que não ultrapassam sequer dez docentes. Aqui, nesta faculdade, tivemos exemplo deste fato com a avaliação externa dos departamentos, feita pela própria USP, que mostrou que, dos cinco departamentos avaliados como os melhores, três não possuíam o apregoado mínimo de quinze docentes.

Apenas entendemos que a criação de grandes departamentos, agrupando os menores sem qualquer interesse acadêmico, comum, mas simplesmente para “enxugar” a máquina burocrática da USP, poderá nos levar aos mesmos erros da última reforma feita há trinta anos. Do ponto de vista prático e administrativo temos certeza que os serviços burocráticos dos departamentos (Secretarias) serão pulverizados em minissecretarias, a serviço dos grupos pre existentes. Como se trata de serviço público, nenhum processo de reengenharia administrativa poderá ser desencadeado, de tal sorte que, do ponto de vista de funcionalidade e economia, estamos absolutamente céticos com relação ao desfecho final.

Também não devemos fazer a Reestruturação Departamental olhando para trás. Seria oportuno que, neste momento, a par de ajustes necessários há tempos nos atuais departamentos, também olhássemos a que rumos a Medicina estará caminhando nos próximos anos. As previsões apontam a necessidade de criação de áreas como Medicina de Urgência, Medicina de Família, Oncologia, Medicina Esportiva (Reabilitação), Telemedicina e outras. Tais temas precisam estar inseridos nas discussões sobre reestruturação departamental.

Entendemos que a criação de um departamento deva decorrer de um conjunto de fatores, situações, interesses, idéias, que possam convergir para o desenvolvimento das atividades afins de ensino, pesquisa e assistência. Não se pode forjar um departamento com base nas pessoas existentes na instituição, procurando aten-

der interesses pessoais e afinidades outras que não aquelas acadêmicas.

O assunto deve ser amplamente discutido. O processo de reestruturação departamental só poderia ser levado à Congregação após amplos debates, abertos e transparentes, para não correr o risco de ser indigesto.

Entretanto, as discussões internas e intra-departamentais, isoladamente, não levarão a propostas que atendam interesses institucionais. O corporativismo tenderá a proteger seus docentes e funcionários de uma intervenção extradepartamental.

Sugerimos a criação de múltiplos grupos de trabalho, mesclando docentes de áreas básicas, clínicas e cirúrgicas com funcionários e alunos em cada um. Cada grupo apresentaria sua proposta para uma Comissão Central (que poderia ser a CAU) que analisaria e elaboraria uma proposta final para a Congregação, modelo semelhante àquele que foi aplicado durante a última reforma universitária, quando todos tiveram amplas possibilidades de discutir o processo. Nossa Faculdade de Medicina teve uma ativa participação e grande influência nos resultados daquela reforma.

Cabe ressaltar aqui o papel fundamental da Direção da FMRP na condução deste processo, pois cabe a ela estabelecer as diretrizes e encaminhamento das discussões dentro da FMRP e defesa da proposta perante a Universidade.

Devemos expor à USP nossas peculiaridades como Escola de Medicina e as justificativas pelas quais se propõe a nova estrutura departamental, mesmo que algum departamento não tenha os quinze docentes exigidos. Temos argumentos convincentes e, bem elaborada, a proposta poderá receber o apoio necessário para sua aprovação.

Temos convicção de que os Colegiados da USP compreenderão, atendendo os interesses maiores da FMRP. A USP é um conjunto de faculdades e instituições e, portanto, ela só irá bem quando suas instituições filiadas estiverem bem. A Reitoria já deu mostras claras de nossa importância e, não há dúvidas, somos mesmo um importante pilar de sustentação da principal universidade do país, a USP.

Prof.Dr. MARCOS FELIPE SILVA DE SÁ  
Superintendente do HCFMRP-USP  
Professor Titular do Departamento de  
Ginecologia e Obstetrícia da FMRP-USP

# A reestruturação departamental e o ensino de graduação na FMRP-USP

**A**s recentes discussões sobre a reestruturação departamental, em andamento na Universidade de São Paulo (USP) e, em particular, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), suscitaram naturais preocupações relativas aos possíveis efeitos das eventuais mudanças previstas sobre as diferentes atividades universitárias, entre as quais se inclui o ensino de graduação.

Para alguns dos críticos mais ferrenhos da citada reestruturação, esta determinação do Conselho Universitário, como instância deliberativa máxima da Universidade, poderia afetar negativamente o curso de graduação em Medicina. Na visão daqueles críticos, a possível extinção de alguns departamentos mais tradicionais da FMRP poderia, à guisa de exemplo, acarretar o desaparecimento do ensino sistematizado de conteúdos relevantes, próprios das áreas a serem extintas.

Nestes breves comentários, não se pretende entrar no mérito da decisão superior de promover ampla reestruturação dos departamentos existentes em todas as unidades da USP, nem considerar as particularidades de quaisquer das diferentes propostas formuladas para o enquadramento da FMRP às diretrizes estabelecidas. Tenciona-se, no entanto, explorar a idéia de que distorções no ensino de graduação, como as acima exemplificadas, já existem de longa data e estão, possivelmente, ligadas a outros fatores de maior peso, do que a referida reestruturação. Entre tais fatores, inclui-se a própria maneira de

organização acadêmica em departamentos estanques, bem como a posição relativa, na escala de valores dominantes na cultura acadêmica contemporânea, do envolvimento docente no ensino de graduação.

O departamento, conquanto estrutura organizacional, substitutiva da cátedra, representou, à época da sua introdução, considerável avanço, principalmente no que se refere ao pleno e livre exercício das potencialidades acadêmicas individuais dos docentes, e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de tomada de decisões, que passaram a ser mais democráticos e participativos. No entanto, a consolidação desta maneira de organização, ocorrendo concomitantemente com o crescimento explosivo do conhecimento e com a diluição das barreiras existentes entre as áreas mais tradicionais do saber, veio a caracterizar evidente distanciamento entre os interesses mais específicos dos departamentos e, em particular, dos diferentes grupos que os compõem, e as necessidades mais amplas do ensino de graduação.

A inadequação ocorreu efetivamente em muitos dos departamentos da FMRP, instituição que adotou tal forma de organização acadêmico-administrativa desde sua fundação. Na análise da conjuntura que precedeu à reestruturação curricular, levada a cabo nesta unidade da USP, no começo desta década, verificou-se um conjunto de distorções possivelmente associadas ao caráter departamental do ensino, até então existente. Entre as distorções, cumpre-se ressaltar

o desenvolvimento, de modo estanque, de conteúdos absolutamente impertinentes, dado que desvinculados por completo dos objetivos mais gerais do curso de graduação. A inclusão dos conteúdos era garantida não pela sua importância inequívoca, mas tão somente pela existência de docentes com especialização no assunto. Do mesmo modo, conteúdos relevantes eram retirados do curso de graduação pela falta, no departamento, de *experts* na matéria e pelo desinteresse departamental em contratá-los.

Neste sentido, constata-se facilmente, ao exame dos autos dos processos de concessão de claros docentes aos diferentes departamentos da FMRP nos últimos anos, que tanto os pleitos departamentais como a análise do seu mérito, de modo a nortear as decisões institucionais, não priorizam, salvo exceções notáveis, as necessidades do ensino de graduação.

Tal estado de coisas, embora abrandado pela mencionada reorganização curricular, não parece ter sido afetado significativamente e não há razões para acreditar que deverá sofrer modificação considerável em qualquer uma das conformações que possam vir a ser adotadas na reestruturação departamental, em curso na FMRP. Isto porque sua origem está ligada, a meu ver, ao caráter corporativo do próprio modo de organização das faculdades em departamentos muito bem compartimentalizados, bem como ao fato de que há, inerente a este sistema, permanente competição dos departamentos por recursos materiais e humanos e por prestígio, segundo critérios que pouco privilegiam as atividades docentes no ensino de graduação.

A qualidade do ensino de graduação provido por um departamento é determinada por vários fatores. Dentre eles, vale ressaltar a exis-

tência, no departamento, de pessoal docente com capacitação para o ensino de conhecimentos e habilidades específicas, bem como para atuar como *role models* adequados à formação geral do estudante. É improvável que os departamentos da nova estrutura a ser adotada pela FMRP passem a se preocupar adequadamente com este aspecto de grande importância para a instituição, como já não vêm se preocupando muitos dos atuais departamentos, o que ocorre porque as prioridades departamentais nem sempre coincidem com as institucionais, como o é o ensino de graduação.

O problema poderia ser sanado com a constituição de uma instância supradepartamental, com atribuições regimentais de pleitear a contratação de professores, a partir da análise das necessidades globais do ensino de graduação na instituição, bem como a de sugerir a alocação do novo docente no departamento mais apropriado. Estas atribuições poderiam ser assumidas pela Comissão de Graduação da FMRP que, em anos recentes, passou a funcionar como um colegiado supradepartamental de ordenação e administração do desenvolvimento de um currículo voltado a atingir objetivos educacionais mais abrangentes do que a soma dos conteúdos transmitidos pelos diferentes departamentos.

Além disso, uma estrutura curricular de ensino de graduação, com características supradepartamentais e interdisciplinares, como é a da FMRP, demanda o trabalho cooperativo do docente com seus pares de áreas similares do conhecimento, eventualmente provenientes de outros departamentos. Demanda, ainda, a disposição do docente em aprender e aplicar novas técnicas de ensino e, sobretudo, a sua disponibili-

dade para colaborar com o ensino de outras matérias que não as estritamente relativas às áreas de sua atuação em investigação científica e em extensão de serviços. O desenvolvimento desta atitude no seio do corpo docente da instituição parece não depender da conformação departamental adotada, nem da própria maneira de organização acadêmica e administrativa, em departamentos. Parece, sim, depender da implantação de políticas institucionais, permanen-

tes e eficazes, voltadas à mudança dos valores acadêmicos, de modo a garantir lugar de maior destaque ao ensino de graduação, como atividade universitária de importância primordial.

Prof.Dr. LUIZ ERNESTO DE ALMEIDA TRONCON  
Presidente da Comissão de Graduação  
(1997 - abril /1999)  
Professor Adjunto do Departamento de Clínica  
Médica da FMRP-USP

## Sobre princípios e meios, finalidades e fins

São próprias do crescimento de organismos vivos mudanças funcionais e estruturais, ajustando-os ao cumprimento de seus objetivos. Não tão dramáticas quanto as metamorfoses das borboletas, mas ainda belas como o desabrochar de uma flor, e também inevitáveis, como menarca e crescimento de seios, aparecimento de barba e voz mais grave, sinalizam a passagem à vida adulta. Marcam o fim de uma fase, deixam lembranças e um estilo de vida, mas prenunciam esperanças, prometem novas responsabilidades e desempenhos, novos direitos e deveres. E ainda que assustem, tudo acontece oportunamente quando o tempo chega, em ritmo específico e pacientemente testado pela natureza.

Alterações de pensamentos e de costumes também ocorrem continuamente em civilizações, instituições e nas próprias pessoas. Assim, temer mudanças não faz parte da boa cultura dialética que deve permear noções e diretrizes acadêmicas; e contrapor-se a elas pode ser atitude retrógrada: ciência é movimento de representações e procedimentos. Em Medicina, no começo do século, a Tisiologia era assunto momentoso, hoje cedeu espaço a outros. Desde então, a especialização em “olhos, nariz, ouvidos e garganta” dividiu-se em Oftalmologia (aliás, a primeira especialidade médica a se congregar numa sociedade “autônoma”) e Otorrinolaringologia e cada parte, como em tantas outras disciplinas, continuou a se ramificar. Esse modelo crescente de sub (ou super) especializações, levando a que se conheça, em cada uma, “quase tudo de quase nada”, contrapôs-se ao da generalização, pelo qual se chegaria ao conheci-

mento de “quase nada de quase tudo”. Uma instituição também está sujeita a processos metabólicos de assimilações e saídas, reage a contingências, muda comportamentos, adapta-se a novos tempos, renova-se num processo salutar e também inevitável. Mas pode também perecer. A diferença entre organismos biológicos e sociais é que as reestruturações destes não são comandadas por um programa naturalmente acertado, mas moduladas por opiniões, preconceitos e interesses, muitas vezes, circunstanciais. Se elas lhes são benéficas ou malélicas, se constroem ou destroem, se lhes levam à ascensão ou declínio, dependerá de como afetam a essência de cada grupamento. Tanto quanto a estagnação e igualmente conduzindo ao fim da organização, temam-se as mudanças que não se subordinam ao seu caráter substantivo, as que não lhe apuram o equilíbrio saudável, nem lhe levam à integração de seus propósitos vitais. Enfim, é preciso mudar, mas mudar bem. A sutileza da tarefa é a de se conseguir o equilíbrio de discernimento para distinguir entre o caminho às finalidades institucionais ou ao fim, num traçado tênue e tortuoso.

Nesse caso, não me parece que haja qualquer perigo iminente a suscitar medidas salvíficas e heróicas para resgatar o prestígio da Universidade, nem transformações necessárias sobre seus conteúdos e princípios, mas sobre formas e funções. As finalidades institucionais, assentadas sobre as fundações do ensino (a razão última de uma escola), da pesquisa (sem a qual o ensino não evolui) e da extensão de serviços (pela qual a Universidade recebe as questões a investigar e por elas aplica as respostas

que desenvolve) continuam claras. Mas suas interações, dentro da Universidade e desta com a sociedade que a sustenta, nem tanto.

Por outro lado, as presentes motivações de uma reestruturação são discutíveis e os métodos mais ainda. Considerar que as mudanças são necessárias para “economia” não faz justiça à inteligência universitária. Reduzir (e quem disse que a boa mudança é a de reduzir?) o número de Departamentos não tem qualquer efeito orçamentário imediato e, mesmo a médio e longo prazos, a economia de gastos é irrisória e risível. Tomar um número arbitrário (quinze docentes por Departamento), método quantitativo para alterar um universo qualitativo, representa um paradoxo ideológico que reflete indigência de propósitos. Questões tão banais, como a de “Que é mais importante, quinze docentes em RTC ou nove em RDIDP?”, tornam-se motivo de controvérsia e debates prolongados, bizantinos. Por que quinze e não sete, ou setenta? Quando docentes passam de um Departamento a outro, devem ou não deixar, no antigo, suas salas e horários de atendimento, leitos de enfermaria, instrumentos de trabalho? Sistematizar a mudança por integração de técnicas e métodos, como se cogitou (um Departamento “Básico” – ou seja lá que outro nome tenha – um “Clínico” e um “Cirúrgico”) quando os próprios métodos que os diferenciariam se imbricam e as técnicas mudam a cada dia, não é um saudosismo atávico, um perigo de retrocesso?

Infelizmente, ficando nessas “demandas”, a Universidade perde excelente oportunidade de confirmar sua teleologia, sua destinação, discutindo as transformações que recebe da sociedade humana e as que nela produz. Afinal, como está nosso produto primordial, o egresso de nossa Faculdade de Medicina, depois de seis anos

de seu curso? Não há irresponsabilidade em dar-lhe direitos de exercício de Medicina, sem que se lhe assegure nada mais do que mínimas competências dele? Quantos, efetivamente, são os anos de formação de um médico? Especializações e habilitações técnicas não deveriam fazer parte do currículo? Ou seria melhor incentivar o aluno a dedicar-se à pesquisa? A Faculdade de Medicina deve ficar compartimentalizada por especialidades afins? Por níveis ou procedimentos de ensino e trabalhos? Por departamentos temáticos?

Não tenho soluções prontas. Ao contrário, gostaria muito de poder evoluir, com toda a Universidade, num reaprendizado ou reafirmação de propósitos institucionais, de interações com a sociedade e de meios para consegui-los. Decepção-me quando, ao invés de examinar princípios, discutir com padrões éticos e procurar fins, vejo que a discussão derrapa para tamanhos departamentais, arbitrados por critérios obscuros, acordos de sobrevivência (e se possível, claro, sem perdas ou sacrifícios) ou conveniências conjunturais. Mas todo esse choro e ranger de dentes é até compreensível, pois, tranqüilos e impassíveis, não cremos nas propostas anunciadas e chegamos ao esgotamento de prazos (nossa Faculdade de Medicina é a última a enfrentar o juízo da reestruturação, simplesmente já consolidada em todas as outras Unidades). Desse modo, ao invés de vivenciarmos um tempo de fins, desesperamo-nos com o fim dos tempos.

Da abordagem teleológica, resta-nos a escatológica.

Prof. Dr. HARLEY E. A. BICAS  
 Presidente da Associação dos Docentes do  
 HCFMRP-USP  
 Professor Titular do Departamento de  
 Oftalmologia e Otorrinolaringologia